

A Agricultura Regenerativa que queremos e que o Brasil merece





A agricultura regenerativa representa uma abordagem inovadora que vai além da sustentabilidade, focando na regeneração dos ecossistemas e na revitalização da paisagem agrícola, ao mesmo tempo em que promove benefícios econômicos, sociais e ambientais. No entanto, para que essa prática se consolide no Brasil, é essencial que ela seja adaptada às características específicas da agricultura tropical, especialmente à realidade brasileira.

O setor empresarial brasileiro reconhece o potencial transformador da agricultura regenerativa, mas ressalta a importância de uma definição abrangente que contemple não apenas os critérios ambientais, mas também os aspectos sociais, econômicos e financeiros. Dessa forma, é possível agregar valor aos produtos e implementar políticas públicas eficazes que incentivem essa transição. Tais políticas são fundamentais para a descarbonização do setor agropecuário, o cumprimento das metas climáticas e o aumento da resiliência dos sistemas alimentares, essenciais em um cenário de mudanças climáticas.

No Brasil ainda existe dificuldade na identificação e reconhecimento de práticas consideradas regenerativas, o que não permite agregar o devido valor aos produtos agrícolas brasileiros. Além disso, uma definição clara se faz urgente para implementação de políticas públicas voltadas para essa temática, tais como o direcionamento dos incentivos e acesso a crédito (público e privado) para produtores rurais, que implementam este tipo de agricultura previstos em políticas-chave do Governo.

Tais medidas são chave para descarbonização do setor e cumprimento das metas previstas na Contribuição Nacionalmente Determinada (do inglês NDC - National Determined Contribution), além de aumentarem a resiliência dos sistemas agrícolas, o que é fundamental para a segurança alimentar e para a sustentabilidade econômica dos agricultores em um cenário de mudanças climáticas. Contudo sua efetividade depende de uma definição clara de conceitos e parâmetros para diferenciação positiva das práticas regenerativas aptas a receberem tais benefícios.

EXPECTATIVAS DO SETOR EMPRESARIAL PARA A AGRICULTURA REGENERATIVA NO BRASIL

Para que o Brasil avance de forma significativa na adoção da agricultura regenerativa e se posicione como líder global na transição para sistemas agroalimentares sustentáveis, justos e regenerativos, de forma a contribuir para a redução nas emissões de gases do efeito estufa provenientes do setor agropecuário, assim como no combate à insegurança alimentar, o setor empresarial apresenta as seguintes expectativas em relação ao Governo:

- **Definição Clara e Inclusiva** - O estabelecimento de um conceito claro, inclusivo e amplamente compreendido por todos os atores da cadeia produtiva – desde o produtor até o consumidor final. Esse conceito deve ser validado pela comunidade científica, setor produtivo, órgãos governamentais e setor financeiro, garantindo um entendimento padronizado sobre o que é considerado agricultura regenerativa.
- **Marco Regulatório Sólido** - A criação de um marco regulatório que defina critérios e práticas regenerativas, permitindo que produtores e compradores saibam claramente o que é necessário para alcançar a certificação regenerativa. O marco regulatório deve também contemplar um processo de transição gradual, respeitando as diversas realidades da produção brasileira.
- **Metodologias Uniformes de Reconhecimento** - Desenvolver metodologias uniformes para a classificação de práticas regenerativas em diferentes cultivos, respeitando as particularidades de cada setor, como pecuária de corte, leiteira, entre outros.
- **Diretrizes de Validação de Práticas** - Estabelecer diretrizes claras para a validação das práticas regenerativas, por meio de autodeclarações ou auditorias de segunda e terceira partes, assegurando que as informações sobre os processos regenerativos sejam transparentes para o mercado consumidor.
- **Indicadores de Impacto Padronizados** - Desenvolver indicadores claros, mensuráveis e padronizados para avaliar o impacto das práticas regenerativas, com o objetivo de criar um ambiente regulatório seguro, que promova investimentos em pesquisa e ofereça incentivos fiscais adequados.
- **KPI's de Monitoramento de Impacto** - Definição de indicadores-chave de desempenho das atividades regenerativas sobre critérios socioambientais e econômicos, alinhados às metas de descarbonização da cadeia e, preferencialmente definidos e padronizados pelas autoridades governamentais, de modo a contemplar aplicação, fiscalização, certificação e potenciais bonificações (e.g. Plano Safra, subsídios, fomento e financiamento);
- **Rotulagem de Produtos Regenerativos** - Implementar um sistema de rotulagem que identifique os produtos provenientes de práticas regenerativas, proporcionando maior visibilidade e valorização desses produtos no mercado.

- Incentivos à Assistência Técnica - Investir no fortalecimento da assistência técnica e na pesquisa para facilitar a transição para práticas regenerativas, garantindo que os produtores tenham acesso ao conhecimento necessário para implementar essas técnicas de forma eficaz.
- Crédito para Agricultura Regenerativa - Criar ou ampliar mecanismos financeiros que ofereçam linhas de crédito específicas para produtores que adotem práticas regenerativas, incentivando a adesão de pequenos e grandes produtores a essa modalidade de produção.
- Incentivos Fiscais e Subsídios - Implementar políticas de incentivos fiscais e subsídios que reduzam os custos iniciais associados à adoção de práticas regenerativas, incentivando a transição e permanência dessas práticas no Brasil.
- Autocontrole - Incentivar compromissos voluntários de autocontrole, permitindo que as empresas busquem treinamentos para melhoria contínua.
- Pagamentos por Serviços Ambientais - Integrar a agricultura regenerativa nas políticas de pagamento por serviços ambientais, de forma a reconhecer e recompensar os produtores que contribuem ativamente para a regeneração dos ecossistemas.
- Sistema Nacional de Monitoramento - Criar um sistema nacional único para o registro e monitoramento de dados de produtores que adotam práticas regenerativas, com interface com sistemas já existentes, como o CAR, GTA e SISBOV, promovendo maior transparência e facilitando a pesquisa e desenvolvimento de novas práticas.

Essas expectativas refletem a visão de um setor empresarial comprometido com a transformação dos sistemas agroalimentares e a construção de um futuro mais sustentável para o Brasil. A agricultura regenerativa, com o suporte adequado de políticas públicas e incentivos, têm o potencial de contribuir de forma decisiva para a mitigação das mudanças climáticas, a preservação da biodiversidade e o fortalecimento da segurança alimentar no país.



www.cebds.org



PATROCÍNIO OURO



Knowledge grows